

Constituinte aprova 13º para aposentados e licença gestante

Telefoto de Luiz Antonio



Votação do Capítulo dos Direitos Sociais mobiliza os constituintes no plenário

BRASÍLIA — A Constituinte manteve ontem, sem alterações no texto que foi aprovado em primeiro turno, diversos direitos sociais dos trabalhadores, tais como o pagamento de 13º salário ao aposentado — atualmente ele recebe um abono calculado sobre a média do que lhe foi pago durante o ano — licença gestante de 120 dias, remuneração das férias superiores em 30 por cento ao salário normal, remuneração do serviço extraordinário superior em 50 por cento ao valor da hora comum, e jornada de trabalho semanal de 44 horas.

A aprovação desses dispositivos ocorreu sem nenhuma discussão porque alguns não receberam emendas — como no caso do pagamento de 13º para o aposentado — ou porque as emendas supressivas que haviam sido apresentadas foram retiradas sob a justificativa de colaborar com a agilização das votações — como no caso da licença gestante. No entanto, este não foi o caso da jornada de 44 horas semanais. Os Deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Edmilson Valentim (PC do B-RJ) apresentaram uma emenda supressiva ao termo “e quatro” do dispositivo que determina a “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais”. A emenda foi rejeitada por 217 votos, contra 165 favoráveis e 17

abstenções. O único a falar foi o Deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP), que ressaltou ser o objetivo da proposta “aumentar o número de trabalhadores nas fábricas”.

No momento em que entrou em

discussão a unicidade sindical — proibição da existência de mais de um sindicato por categoria profissional em uma mesma base territorial —, foi instalada uma nova polêmica que dividiu os partidos que repre-

sentam a esquerda. O Líder do PCB, Deputado Roberto Freire, afirmou que a pluralidade impediria que o movimento sindical ficasse “com uma estrutura única para enfrentar a estrutura única dos patrões”. O Deputado Luís Gushiken, representando o PT, afirmou que a unicidade impede a democratização do sindicalismo.

A emenda foi rejeitada por 269 votos contrários, 78 favoráveis e seis abstenções. Logo em seguida, quando o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, anunciou a votação simbólica de uma emenda de redação do Deputado Maurício Fruet, que pretendia substituir o termo “sindicato” por “organização sindical”, como havia sido aprovado no primeiro turno no dispositivo sobre a unicidade sindical, os representantes do PT protestaram afirmando que isso acabaria por impedir o funcionamento da CUT e CGT, beneficiando apenas a USI. Ulysses voltou atrás e resolveu votar pelo painel eletrônico, o que obrigaria a quem quisesse retomar o texto aprovado em primeiro turno a ter 280 votos. O Deputado Michel Temer (PMDB-SP) argumentou que isso seria o mesmo que permitir o Destaque para Votação em Separado, que estava proibido no segundo turno. Ulysses adiou a decisão para a sessão de hoje.

Mantidos o ‘habeas data’ e o mandado coletivo

BRASÍLIA — O plenário da Constituinte manteve ontem, em sessão à tarde, alguns dispositivos do Capítulo referente aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos considerados avanços inovadores, como os mandados de injunção e de segurança coletivo, o habeas data e a ação popular contra danos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa.

Para o Relator Bernardo Cabral, os direitos assegurados são conquistas do Direito Constitucional brasileiro. O mandado de injunção poderá ser acionado pela sociedade sempre que o exercício de direito, liberdade ou prerrogativa inerente à nacionalidade, soberania ou cidadania for inviabilizado pela falta da regulamentação em lei do dispositivo constitucional.

Já o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por partido político, sindicato ou associação, em defesa dos interesses de seus membros, e a decisão judicial beneficiará toda a categoria.

O habeas data visa a impedir que o Governo mantenha informações sigilosas relativas aos cidadãos em qualquer repartição pública.

A ação popular para anular ato lesivo ao patrimônio público, à morali-

dade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural poderá ser iniciativa de qualquer pessoa, sem o pagamento de custas.

Confirmando as previsões, só foram aprovados os destaques incluídos no acordo de Lideranças. Por isso, vários constituintes resolveram retirar propostas que ficaram fora do entendimento. Os Deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e José Egreja (PTB-SP), por exemplo, desistiram da votação de destaques que suprimiam os mandados de segurança coletivo e de injunção.

Foi rejeitado destaque do Deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) que visava a garantir plena estabilidade no emprego, prevalecendo a redação que prevê a regulamentação, em lei complementar, da indenização por dispensa imotivada.

O Líder do PDS, Deputado Amaral Netto, defendeu — e foi derrotado pela sétima vez —, a instituição da pena de morte. Conseguiu, porém, manter no texto a inclusão de “crimes hediondos” ao lado do terrorismo, tortura e tráfico de drogas, entre

aqueles que não podem ser anistiad-

os. O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, decidiu adiar por 24 horas a votação de quatro dispositivos sobre os quais ainda não havia acordo: a determinação de que ninguém poderá ser preso sem flagrante ou ordem judicial escrita; a gratuidade do registro de nascimento, de óbito e de atos necessários ao exercício da cidadania para as pessoas pobres; a garantia de que as normas dos direitos fundamentais terão aplicação imediata com a promulgação da Constituição e a vigência de todos os direitos e garantias constantes de tratados internacionais assinados pelo Brasil.

Hoje, serão votados outros seis itens dos Direitos Sociais: criminalização da retenção intencional do salário; jornada de seis horas nos turnos de revezamento; licença paternidade; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço; prazo de cinco anos para prescrição de direitos do trabalhador urbano, e até dois anos após a extinção do contrato para o trabalhador rural; regulamentação em lei dos direitos dos trabalhadores rurais. Esses pontos polêmicos serão discutidos, a partir das 9h, em reunião das Lideranças e votados na sessão da tarde.

Centrão ameaça deixar o plenário

BRASÍLIA — Os líderes do Centrão ameaçam deixar o plenário hoje se o PMDB e os partidos de esquerda não concordarem em marcar, com bastante antecedência, as sessões para votação dos temas polêmicos, a fim de que as decisões sejam tomadas com quorum elevado. Eles não aceitam o adiamento da votação por apenas 24 horas — proposta feita pelo Presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, e aceita pelos “progressistas”. Se não houver acordo nos pontos polêmicos hoje de manhã, preferem votar os direitos trabalhistas somente na próxima semana.

— Se não concordarem com a nossa proposta, amanhã sai todo mundo do plenário — adverte o Deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS).

— É grave votar matérias desta importância sem data marcada. É uma temeridade votar o turno de seis horas com 350 constituintes em plenário — argumenta o Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

O Líder do PMDB, Deputado Nelson Jobim (RS), não aceita a proposta de marcar com muita antecedência a sessão para a votação dos temas polêmicos:

— O doutor Ulysses já definiu: no máximo, suspendemos por 24 horas.

Partidos apóiam adoção de esforço concentrado

BRASÍLIA — O Líder do PMDB na Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro (RS), deverá entregar hoje ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, documento em que a maioria dos parlamentares do partido se compromete a desenvolver um esforço concentrado entre 16 e 31 deste mês, para acelerar os trabalhos constituintes. Os partidos comunistas, o PSDB, o PDT e o PT apóiam a iniciativa. O PFL e o PDS não se manifestaram a respeito.

A ideia do esforço concentrado partiu do próprio Ulysses e começou a ser viabilizada ontem por Ibsen, em reunião pela manhã com os coordenadores de bancada do PMDB. Ele distribuiu a cada coordenador planilhas com o calendário do mês de agosto, onde cada parlamentar deverá marcar a data em que se compromete a permanecer em Brasília para votar.

Além das planilhas, corriam ontem pelo plenário da Constituinte listas de apoio ao esforço concentrado. Na avaliação de Ibsen Pinheiro, do Líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG), e do Presidente do PSDB, Senador Mário Covas (SP), duas semanas de esforço concentrado concluirão o segundo turno.

A bancada do PSDB divulgou ontem nota acusando o Governo de estar contribuindo para a protelação dos trabalhos de elaboração da Constituição e requerendo da Mesa da Assembléia providências no sentido de punir os ausentes.

‘Pelo amor de Deus!’

O PAÍS inteiro vem testemunhando o constrangimento a que se submete o Presidente da Constituinte, ao ter que fazer, todas as semanas, em todos estes quase 18 meses, apelo para que parlamentares cumpram o dever mínimo de comparecer às sessões.

COMO O GLOBO registrou na edição do dia 5, o desespero do líder-máximo da Constituinte atingiu o auge na véspera, quando chegou a apelar para a divindade:

— Reivindicamos do Presidente da Constituinte providências mais enérgicas, regimentalmente previstas, com a responsabilização plena dos que estejam, por ação ou omissão, compactuando com este plano de verdadeira traição nacional — diz a nota.

O Senador Mário Covas disse que todas as tentativas do Deputado Ulysses Guimarães para garantir quorum têm se revelado inócuas. Para ele, somente a pressão de todos os setores da sociedade pode garantir a promulgação da nova Constituição ainda este ano. Ele pediu punição para os faltosos, inclusive com a convocação dos suplentes.

PELO amor de Deus, que os constituintes compareçam!

SERIA tão bom para a saúde cívica do País — e para exemplaridade de sua juventude — que Deus fosse deixado entregue às suas tarefas normais.

E HOUVESSE mais pudor e autenticidade por parte daqueles relapsos, cujo comportamento e indiferença estão provocando o espetáculo do apelo infante-escolar, a que vem sendo obrigado o veterano Presidente da Constituinte.

● PROTESTO — Em Teresina, o Deputado federal Jesus Tajra (PFL-PI) acusou o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de expor negativamente os constituintes à opinião pública.

— Nós nos sentimos atingidos quando ele nos convoca com tanta teatralidade. Esse não é um papel condizente com o Presidente de uma Constituinte. Ulysses parece preocupado em nos expor — disse Jesus Tajra.

Para ele, Ulysses é responsável pela demora nos trabalhos da Constituinte, por permitir que tudo gire em torno de sua figura.

— Quando ele não está lá, há até manobras para impedir quorum — denunciou.

O parlamentar explicou que os constituintes não estão se ausentando do plenário para gazetear, mas porque precisam acompanhar de perto a campanha eleitoral em seus Estados.